

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER BRASILEIRA NA ZONA RURAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Natalia Cristina Coelho¹

Guilherme Welter Wendt²

Resumo:

O presente estudo reporta uma revisão da literatura nacional e internacional sobre violência contra a mulher rural brasileira. Foram consultadas quatro bases de dados (Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, *Directory of Open Access Journals*, *Google Scholar* e *Scientific Electronic Library Online*). Do total de 29 trabalhos encontrados, 13 foram considerados potencialmente relevantes. Os resultados apontam para a dificuldade de acesso à rede de proteção por parte da mulher camponesa, além da dependência financeira e psicológica do agressor. Concluiu-se que residir na zona rural pode agravar os casos de violência contra a mulher, visto a dependência financeira da vítima, a distância entre os centros urbanos e a zona rural, além da estigmatização e criação da mulher camponesa.

Palavras-chave: Violência; Mulher; Gênero; Zona Rural.

Abstract:

The current study reports on a review of the national and international literature about violence against Brazilian rural women. Four databases were covered (Theses and dissertations database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, *Directory of Open Access Journals*, *Google Scholar* and *The Scientific Electronic Library Online*). Out of a total of 29 papers found, 13 were considered relevant to the goals of the study. The results pointed the difficulties of rural women in accessing protective networks, as well as showed financial and psychological dependence of the aggressor. In sum, living in the countryside seems to aggravate cases of violence against women.

Keywords: Violence; Woman; Gender; Rural Zone.

¹ Acadêmica do curso de direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Possui Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Doutorado em Psicologia pela Universidade de Londres (Goldsmiths College) e Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Introdução

O presente estudo buscou analisar as pesquisas nacionais e internacionais referentes à violência contra a mulher brasileira na zona rural. O texto foi organizado em cinco partes, iniciando-se pela introdução, e posteriormente passando à explicação do método utilizado na presente pesquisa. Após, foram apresentados os resultados, contendo as principais informações dos textos incluídos após os critérios de inclusão e exclusão; na sequência, segue-se com a discussão dos resultados apontados. Por fim, foram apresentadas considerações finais, as quais buscam sintetizar os principais problemas enfrentados pela mulher rural no que tange à violência sofrida.

A mulher residente no campo tende a ter papéis de subordinação ainda mais acentuados, sendo tal fato derivado da evolução histórica da sociedade (Engels, 1985). A monogamia, conhecida e praticada até os dias atuais, vem com um cunho de progresso social. Entretanto, se tornou prática de escravização do sexo feminino pelo sexo masculino, priorizando as riquezas privadas do núcleo familiar (Engels, 1985). Matte *et al.* (2021) frisam que o lugar ocupado pelas mulheres nos sistemas produtivos rurais é menos valorizado que o dos homens, sendo que esta realidade é acentuada em países Latino-Americanos, incluindo o Brasil. Tal situação resulta de convenções culturais, relações hierárquicas e de poder (Matte *et al.*, 2021). Por exemplo, estimativas de vivência de violências por parte de mulheres na América Latina ultrapassam a casa dos 50% (Sagot; Alvarez, 2010).

Condutas de aceitação e humilhação descritas em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” permanecem até hoje, sendo a mulher pressionada socialmente a ter sucesso em seu casamento, que, em tese, só depende de si (ENGELS, 1985). Ademais, a subordinação da mulher na zona rural vai muito além da questão pessoal. Primeiro, tem-se a questão financeira, ao passo que há uma tripla jornada de trabalho para as trabalhadoras, que têm a força de trabalho geralmente utilizada junto do marido e de forma invisível (Costa; Dimenstein; Leite, 2014). Ainda, ao ter seu trabalho visto como uma ajuda – ou obrigação – ao companheiro, invisibiliza-se e possui diminuídas chances de emancipação (Grossi; Coutinho, 2017; Matte *et al.*, 2021). Quando se trata da mulher residente na zona rural, deve ser pensado também o trabalho intensamente pesado praticado por ela, além dos filhos e da casa, que também são sua responsabilidade (Franco, 2018). Outro ponto de subordinação diz respeito ao isolamento

social, já que há uma grande distância entre os domicílios e, com limitado contato com outras pessoas, a mulher dispende muitas horas próxima ao agressor (Caumo, 2019).

Sob a perspectiva dos estudos culturais, Laura Rodriguez Castro (2021) apresenta uma análise cuidadosa das lutas territoriais das mulheres contra a expropriação territorial e projetos extrativistas. Para a autora, a força epistêmica do lugar é base proeminente para uma ação política que busque confrontar as relações heteropatriarcais e que promova modos de reexistência centrados na justiça, na cura e cuidado (Castro, 2021).

A dominação contra a mulher recai sobre diversos vértices, abarcando seu corpo, sua voz, seu território e sua força. Assim, o corpo não é apenas algo biológico. Conforme apontado por Lana Patricia de Matos dos Santos (2022, p. 40), compreende-se o corpo tanto “como objeto e sujeito, é lócus material e simbólico, que carrega marcas de diferentes contextos sociais e históricos. O corpo, quando apropriado material e simbolicamente, torna-se território, primeiro território, território da cultura”. Logo, a mulher da zona rural precisa lutar contra o sistema capitalista, que influencia na sua terra e localidade, além de lutar contra a violência de gênero e doméstica vivenciada no interior brasileiro. Assim, a história das mulheres é perpassada sua história, que, por muitos anos, foi contada através dos homens, os quais dominam os espaços de fala e de luta (Barbosa, 2021).

Conceitualmente, as violências sofridas pelas mulheres envolvem, além das físicas, a violência psicológica, patrimonial, moral e sexual, caracterizadas pela ação ou omissão ocorrida baseada no gênero da vítima (Brasil, 2006). Raramente a mulher sai da zona rural para trabalhar no centro urbano; a realidade consiste em trabalhar na terra. Ademais, o contato com a sociedade no geral é menor, restringido a idas para o centro urbano quando necessita fazer compras, e ainda, somente quando o marido não o faz de forma exclusiva; tais restrições trazem consequências psicológicas e afetivas, além de dificultar a busca por ajuda (Caumo, 2019).

Inegavelmente, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) trouxe inúmeros avanços no campo dos direitos das mulheres, sendo pensada não de forma punitivista, mas com caráter protetivo. Sua criação decorre da história de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu inúmeras violências praticadas pelo seu companheiro e, mesmo buscando solução junto aos órgãos judiciais, a impunidade permanecia (OLIVEIRA, 2011).

Maria da Penha processou seu companheiro. Após 15 anos da ocorrência dos fatos, ainda não havia sentença e o agressor vivia em liberdade. Devido à inércia do

sistema judiciário, houve a formalização da denúncia à Organização dos Estados Americanos (Souza; Baracho, 2015). Tal ação resultou na condenação do Estado brasileiro. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos impôs ainda a necessidade de legislação de proteção às mulheres, resultando no texto legal da Lei 11.340/2006 (Bianchini; Bazzo; Chakian, 2020). O principal intuito da criação da referida Lei foi criar estratégias para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, realizando a implantação de Juizados Especiais para essa forma de violência e estabelecendo medidas para assistência e proteção das mulheres (Brasil, 2006).

Com base nos aspectos mencionados, buscou-se, através, de uma revisão narrativa da literatura, compreender quais as nuances encontradas na zona rural diante de casos de violência contra a mulher brasileira, tendo em vista que o acesso a delegacia, saúde e educação geralmente se encontra distante do domicílio da vítima (Grossi *et al.*, 2014). De maneira mais específica, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: há, efetivamente, o acesso às estratégias buscadas pela Lei Maria da Penha no contexto da mulher residente na zona rural?

Método

Tendo em vista a escassez de dados que apresentem a visão e a voz das mulheres sobre o tema em análise para além da perspectiva teórica, delineou-se um estudo de revisão narrativa da literatura de estudos empíricos que abordaram a violência contra a mulher na zona rural, publicados no Brasil. Tal delineamento tem sido utilizado em pesquisas recentes sobre a temática (Paula *et al.*, 2022; Stochero; Pinto, 2023). Ao priorizar estudos que não se assentam unicamente em base teórica, assumiu-se que estudos empíricos teriam a capacidade de exibir a visão das mulheres acerca da eficácia da Lei Maria da Penha e das políticas públicas resultantes dela, além do acesso à rede de proteção e a realidade vivenciada pelas vítimas, seja através de técnicas de entrevista, uso de questionários, grupos focais, dentre outros métodos.

Para identificar os estudos, buscas foram realizadas em quatro bases de dados: *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Google Scholar*. A recuperação dos resumos foi feita pela primeira autora e revisada pelo segundo autor, de modo independente. Todas as bases são gratuitas e de abrangência multidisciplinar, englobando grande parte da

produção científica brasileira. De modo a recuperar os estudos, foi utilizada a seguinte *string* de pesquisa: “violência” AND “mulher” AND “campo” OR “rural”.

Os resumos dos trabalhos foram analisados seguindo alguns critérios de inclusão: a) abordar o tema da violência contra a mulher no campo de maneira empírica, sendo a mulher o foco da pesquisa realizada; b) estudo disponível em texto completo e redigido em português; c) estudo disponível em uma das bases utilizadas para a pesquisa; e d) posterior à 2006 - ano que marca a implementação da Lei Maria da Penha. Os trabalhos recuperados foram analisados de acordo com os seguintes critérios de exclusão: a) estudos puramente teóricos; e b) estudo desenvolvido fora do Brasil. Foram detectados 24 trabalhos repetidos nas bases de dados e os estudos potencialmente relevantes foram analisados por dois juízes, sendo que não houve discordância quanto aos procedimentos de inclusão de estudos ou não.

Do total de 55 trabalhos recuperados, 22 foram considerados potencialmente relevantes após a leitura dos resumos, sendo três da base SciELO: Costa; Dimenstein; Leite, 2014; Hirt *Et Al.*, 2017; Oliveira *et al.*, 2021, oito da base Google Scholar: Costa, 2017; Franco, 2014; Grossi *Et Al.*, 2013a, 2013b; Grossi *Et Al.*, 2014; Grossi *Et Al.*, 2015; Nascimento *Et Al.* 2019; Barros, 2020, um da base Doaj: Grossi; Coutinho, 2017 e dez do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: Caumo, 2019; Franco, 2018; Martins, 2017; Oliveira, 2020; Rodrigues, 2020; Souza, 2021; Dantas, 2021; Martins, 2022; Fernandes, 2022; Santos, 2022.

Da plataforma SciELO, quatro artigos não foram incluídos para leitura do texto completo (Arboit *et al.*, 2018; Costa *et al.*, 2017; Costa; Lopes, 2012; Costa; Lopes; Soares, 2015) por não atenderem aos critérios de inclusão (i. e., publicação que não contém pesquisa empírica com mulheres do campo para abordar o tema). Do Google Scholar, oito trabalhos não foram escolhidos para leitura do texto completo (Alcântara, 2015; Barbosa; Lehfeld, 2017; Campos; Brasil, 2017; Carvalho, 2019; Guerra, 2018; Oliveira, 2019; Silva *et al.*, 2016, Monteiro, 2022) por não se tratar de pesquisa empírica com mulheres rurais, bem como por não ter evidências de tratar sobre violência (Cruz, 2021). Da DOAJ, cinco estudos não foram incluídos para leitura do texto completo sendo (Costa *et al.*, 2019; Freitas *et al.*, 2023) pelo delineamento qualitativo com profissionais da saúde e (Ghelen; Cherfem, 2021; Paula *et al.*, 2022; Stochero; Pinto, 2023) por não serem estudos empíricos. No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, três não foram incluídos para leitura do texto completo pela ausência de texto completo (Grilo, 2013;

Santos, 2019; Mendes, 2022), sete por não serem estudos empíricos com mulheres do campo (Guerra, 2018; Pereira, 2015; Intini, 2021; Costa, 2021; Paim, 2021; Santos, 2021; Piovesan, 2021), um por não ser sobre mulheres rurais brasileiras (BARBOSA, 2021), três por não tratar sobre violência (Silveira, 2020; Lasta, 2022; Dantas, 2022).

Dos 22 trabalhos considerados potencialmente relevantes, após a leitura do texto completo, quatro não foram incluídos na sessão resultados, um pela violência contra a mulher rural não se apresentar como foco da pesquisa (Souza, 2021), um por ser realizado com mulheres da zona urbana (Dantas, 2021), um por não ser o foco o estudo empírico com mulher rural (Barros, 2020) e um por ser artigo derivado de dissertação de mestrado, a qual já estava incluída nos textos lidos de forma completa (Oliveira *et al.*, 2021).

Resultados

Com vistas a tornar a exposição dos resultados mais evidente, os principais achados da presente revisão encontram-se expostos na Tabela 1. Dos 18 trabalhos analisados, sete foram realizados tendo por base municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Grossi *et al.*, 2013a, 2013b; Grossi *et al.*, 2014; Grossi *et al.*, 2015; Grossi; Coutinho, 2017; Hirt *et al.*, 2017; Oliveira, 2020), três tiveram o estado da Bahia como cenário (Franco, 2014; Franco, 2018; Nascimento *et al.*, 2019), dois dizem respeito a Minas Gerais (Martins, 2017; Martins, 2022), dois a Rio Grande do Norte (Costa; Dimenstein; Leite, 2014; Fernandes, 2022), um a Mato Grosso do Sul (Costa, 2017), um a Santa Catarina (Caumo, 2019), um a Amapá (Santos, 2022) e um de forma interestadual (Rodrigues, 2020).

Dentre as investigações, uma abordou especificamente a realidade de mulheres rurais idosas (Hirt *et al.*, 2017) e outras três abordaram a realidade de mulheres rurais assentadas (Costa, 2017; Costa; Dimenstein; Leite, 2014; Santos, 2022). Nesse viés, foi apresentado peculiaridades ao tratar da idade e características sociodemográficas das participantes. Para as idosas, foi ressaltado a desistência escolar com o objetivo de trabalhar junto aos pais ou constituir casamento, sendo o emprego e a aposentadoria conquistas importantes citadas por elas. Já as assentadas trazem a preocupação com a seca existente na região e a dificuldade em conseguir manter a família, além da ingestão de bebida alcoólica por parte do companheiro no assentamento, que o deixa mais agressivo. Dessa forma, foi constatado que 43,6% das assentadas do estudo de Costa, Dimenstein e Leite (2014) apresentaram alguma forma de transtorno mental comum (TMC). As

pesquisas também mostraram preconceitos existentes entre as mulheres em relação às demais mulheres, o que pode levar, muitas vezes, a naturalização da violência e a legitimação dos comportamentos agressivos masculinos (Franco, 2018; Nascimento *et al.*, 2019).

Outro fator que merece ênfase diz respeito a distância entre os domicílios com os centros urbanos, fator que dificulta a denúncia e o acesso a rede assistencial pelas vítimas (Costa; Dimenstein; Leite, 2014; Hirt *et al.*, 2017; Martins, 2017; Oliveira, 2020; Martins, 2022; Fernandes, 2022). Nesse cenário, há um aumento da cultura da autoatenção realizada em casa. Em tais momentos, as mulheres utilizam chás e conhecimentos antigos para melhorar os sintomas após a agressão (Caumo, 2019). Existe uma diferenciação de conceitos entre autoatenção e autocuidado. A autoatenção é tida com um viés mais social, ao passo que são as pessoas que escolhem com autonomia o seu tratamento, de acordo com sua realidade, não obtendo a intervenção direta de profissionais da área da saúde. No tocante ao autocuidado, estes seriam cuidados desenvolvidos pela biomedicina, perdendo o viés social e grupal de escolha, mais associado com individualidade e a prevenção (Menendez, 2003). Dessa feita, a autoatenção passou a se tornar uma forma de amenizar os efeitos pós agressão, em uma conjuntura que a distância para ir até um centro médico acaba por inviabilizar essa ação, principalmente pela agredida necessitar, em grande parte das situações, que o próprio agressor a leve (Caumo, 2019). Com efeito, Franco (2018) constatou a dificuldade de deslocamento para as mulheres da zona rural que necessitam se dirigir até uma cidade vizinha caso desejem utilizar a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Ademais, dificuldades intersetoriais se coadunam com a manutenção da violência contra a mulher do campo, evidenciadas na escassez de transporte público e outros serviços da rede de proteção (Franco, 2018; Martins, 2022).

Ademais, foram apontadas a importância da mulher na história do assentamento Bom Jesus dos Fernandes, e invisibilidade dessa participação feminina (Santos, 2022), além do papel da Igreja no processo de inferiorização da mulher rural (Santos, 2022; Rodrigues, 2020). O papel do sindicato dos trabalhadores rurais no empoderamento da mulher na zona rural também foi pontuado, de forma que a participação da mulher nesses espaços apontados como de poder na sociedade, lhe trazer maior visibilidade e autonomia (Martins, 2022).

Tabela 1. Principais resultados da revisão sistemática

Autor(es), ano e base de dados	Tipo de estudo, participantes e procedimentos	Principais resultados
Grossi et al., 2013a (<i>Google Scholar</i>)	Pesquisa qualitativa conduzida em 30 municípios do Rio Grande do Sul. A metodologia envolveu uso de formulários; grupos focais com as mulheres rurais; entrevistas com as coordenadoras das Regionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAG, com gestores dos Centros de Referência das Mulheres, coordenadoras das Mulheres e profissionais da rede de proteção à mulher e com representantes de movimentos sociais camponeses. Ainda, o estudo conduziu um mapeamento da rede de serviços oferecidos nos municípios do Rio Grande do Sul das nove Regiões Funcionais. Para os dados qualitativos, foi utilizada a análise temática de conteúdo de Bardin. Não foi informada a quantidade nem idade dos participantes.	Os autores concluem que existe maior dificuldade de acesso à rede de proteção por parte das mulheres residentes da zona rural, além da naturalização da violência tanto por parte da vítima como da comunidade. Outra conclusão refere-se à existência de uma cultura do “susto”, assim chamada quando é realizada a denúncia com o intuito que o agressor veja as consequências da violência praticada, mas sem ir preso e responder juridicamente por seus atos. Constatou-se a existência de violência estrutural e institucional, além da doméstica. Destacou-se o não-acesso aos bens e serviços governamentais e institucionais, como a falta de delegacia especializada, o que obriga as vítimas a se deslocar a outro município ou buscar delegacia comum. Outro fator elencado foi a expansão do agronegócio como algo que destrói a economia local e substitui a agricultura familiar, se tornando mais uma face da violência estrutural e de desigualdade social.
Grossi et al., 2014 (<i>Google Scholar</i>)	Estudo descritivo analítico, baseado no método dialético-crítico, com análise de conteúdo de Bardin. Realizou-se entrevistas semiestruturadas com profissionais da rede de atendimento à mulher e grupos focais com as mulheres dos municípios de Cachoeira do Sul, Santana do Livramento, Barracão, São Sebastião do Cai, Selbach, Santa Rosa, Bajé e Rio Pardo. Não foi disponibilizado o número de participantes nem a idade das mesmas.	Segundo os autores, as mulheres rurais são mais vulneráveis por não existirem ou não terem acesso a redes especializadas de atendimento a violência contra a mulher. A inexistência de serviços especializados caracteriza a violência institucional vivida pelas vítimas, além da dificuldade de reconhecimento da violência sofrida (naturalização e conformismo). Além disso, a distância para o acesso das políticas públicas dificulta sua procura. A influência da cultura patriarcal e machista, que inferioriza a mulher e a coloca rótulos (como o dever de casar-se, ter filhos, obedecer ao marido) foi enfatizada. A maioria dos profissionais não teve capacitação para lidar com violência, buscando-as de forma individual.
Nascimento et al., 2019 (<i>Google Scholar</i>)	Pesquisa descritiva com 20 mulheres moradoras da comunidade rural do município de Camaçari-BA, que responderam a um formulário com questões sobre caracterização sociodemográfica e violência. As entrevistadas eram da raça/cor negra, com idades entre 18 e 40 anos e com baixo nível de escolaridade e renda.	Todas as mulheres entrevistadas na pesquisa sofreram violência de gênero. Sobre a escolaridade, constatou-se a interferência no acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, na renda da vítima, que se torna dependente do agressor. As entrevistadas alegaram que o terror psicológico está associado ao abuso sexual praticado por familiares, sofrendo culpabilização de terceiros - inclusive mulheres - quando as vítimas buscam ajuda sobre a violência. As

		participantes também relataram violência na infância - geralmente quando os pais utilizavam álcool ou outras substâncias psicoativas - além da violência institucional sofrida ao buscar ajuda, principalmente por omissão, negligência ou comissão no momento de procedimentos de saúde indesejáveis/desnecessários. Com base nos dados, os filhos são um dos motivos para que a vítima permaneça no relacionamento violento.
Grossi et al., 2015 (<i>Google Scholar</i>)	Pesquisa qualitativa e descritiva, norteadada pelo método dialético crítico. As fontes de dados foram os áudios transcritos dos grupos focais (n=5) realizados em (n=5) municípios-polo no Rio Grande do Sul: Rio Pardo, Barracão, Santa Rosa, São Sebastião do Caí e Selbach, com a participação de (n=58) mulheres trabalhadoras rurais e lideranças, uma assistente social e uma enfermeira. Como categorias temáticas: rede de proteção, informação e violência, articuladas às categorias do método como uma estratégia para a análise de conteúdo.	Entre os resultados obtidos, evidenciou-se que apenas a violência física é reconhecida como violência para fins de registro policial. Além disso, existe falta de ações preventivas, ocorrendo primeiro a violência e só posteriormente a mulher ingressa na rede de proteção. Segundo os profissionais da rede de proteção de Selbach, há muitas mulheres que não buscam a rede/atendimento por vergonha, e geralmente sofrem uma segunda culpabilização, proferida também por outras mulheres. Para os autores, é de suma importância o fortalecimento interno criado quando as mulheres têm acesso à informação e à rede de apoio.
Grossi e Coutinho, 2017 (DOAJ)	Estudo exploratório, qualitativo, norteadado pelo método dialético-crítico. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas, aplicadas com base em formulário contendo perguntas abertas e fechadas, com enfoque em características sociodemográficas. Também houve realização de oito grupos focais com mulheres rurais de municípios do interior do Rio Grande do Sul de diferentes regiões do Estado, contemplando cerca de 40 mulheres. Houve entrevista de 18 lideranças camponesas e profissionais da rede de proteção à mulher.	Ficou evidenciada a carência de rede especializada para atendimento da violência praticada contra a mulher, além da grande influência do machismo e patriarcalismo na zona rural, que as fazem sofrer com uma maior carga de trabalho ao passo que cuidam da casa, da terra e dos filhos. Outrossim, o desconhecimento das leis que as amparam acaba dificultando a igualdade de gênero e a busca por justiça em caso de violência. Ficou constatado que a ação de alguns municípios é de pouca efetividade e realizadas de forma pontual, necessitando de deslocamento intermunicipal para efetivar a denúncia. A importância da rede informal (família, amigos e vizinhos) também emergiu nas entrevistas para realização da denúncia.
Grossi et al., 2013b (<i>Google Scholar</i>)	Pesquisa qualitativa, com perspectiva histórico-estrutural. Houve aplicação de formulários, além de realização de grupos focais com as mulheres rurais e entrevistas com as coordenadoras das Regionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAG, com Gestores dos Centros de Referência	As dificuldades encontradas pelas mulheres da zona rural em acessar o atendimento da rede pública sobressaem-se, além da desinformação e naturalização da violência tanto pela vítima quanto pela sociedade. Em consonância com as demais pesquisas, também foi constatada a violência institucional presente no momento da denúncia, pois, por vezes, as vítimas

Costa, 2017 (<i>Google Scholar</i>)	das Mulheres, coordenadorias das Mulheres, profissionais da rede de proteção à mulher e representantes de movimentos sociais campesinos, além de mapeamento da rede de serviços oferecidos nos municípios do Rio Grande do Sul. Para os dados qualitativos, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin. Foram selecionados 30 municípios do RS, não sendo disponibilizada a quantidade de participantes nem idade. Foram coletadas narrativas de homens e mulheres do assentamento rural Bebedouro no Mato Grosso do Sul. Não foi disponibilizado o número de participantes nem idade.	questionadas sobre os motivos da agressão sofrida. A existência de dependência econômica do agressor, além da distância entre os domicílios e os locais de denúncia e atendimento, que fazem com que a mulher não denuncie ou sofra ainda mais com essa escolha, também foram enfatizados. A desvalorização do trabalho feminino ficou aparente, sendo que o aprendizado das atividades de sexo se dá pela observação social dentro do assentamento. Outro fator de grande relevância foi o uso de bebida alcoólica, trazido como auxiliar na agressão. Entretanto, não é apenas quando em contato com a bebida que a violência acontece, sendo que a existência de dominação masculina evidente no assentamento também é responsável pelas agressões. Foi averiguado um conhecimento escasso por parte das assentadas acerca da lei e dos seus direitos. Algumas participantes têm a crença de que as mulheres que se distanciam dos padrões sociais impostos merecem ser violentadas.
Franco, 2014 (<i>Google Scholar</i>)	Pesquisa realizada na Sede do Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais do município de Governador Mangabeira- BA, não sendo disponibilizado o número de participantes nem sua idade. Grupo focal, questionários e observação foram as metodologias empregadas.	Analizando as entrevistas, nota-se a presença de uma descrença na justiça, uma vez que os agressores são soltos após a denúncia e, muitas vezes por vingança, voltam para assassinar as vítimas, além da falta de acesso e assistência da rede de proteção. Também foi apurada a dependência econômica e os filhos como obstáculos para denúncia e motivos para permanecer no relacionamento. Muitas vezes, a própria vítima não percebe a violência (naturalização), mas ao serem questionadas sobre os tipos, sabem o que é e como acontece.
Hirt et al., 2017 (SciELO)	Estudo exploratório-descritivo e qualitativo realizado com 12 mulheres rurais idosas de um município do Rio Grande do Sul, no período de julho e agosto de 2013. Os dados foram obtidos por meio de técnica projetiva e entrevistas semiestruturadas, analisados através do referencial das Representações Sociais e análise de conteúdo proposta por Minayo. As participantes tinham idade média de 68,83 anos, sendo a maioria (8) casadas ou com companheiro, e quatro eram viúvas. Quanto à escolaridade, nove idosas haviam	Há dificuldade de reconhecimento da violência contra a mulher rural por parte das idosas, ao mesmo tempo que podem compreender que suas casas também são cenários de violações. Constatou-se a presença do machismo na zona rural, uma vez que o homem é visto como o detentor da força e poder, enquanto a mulher tem o papel de submissa. Para as idosas, o domicílio é o local em que ocorre mais abusos, sendo o emprego e a aposentadoria conquistas importantes das mulheres, já que lhes dá um pouco de independência financeira. As entrevistadas alegam ainda que o trabalho feminino é visto como ajuda e não propriamente como trabalho, se mostrando descontentes quanto a essa realidade.

	cursado o ensino fundamental incompleto e três não frequentaram a escola em nenhum momento de suas vidas.	Ademais, nas entrevistas verificou-se a privação de acesso à escola sofridas por essas mulheres, o que as obrigou seguir o destino de suas mães e avós, que também sofriam com o casamento e trabalho.
Costa, Dimenstein e Leite, 2014 (SciELO)	Trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo, de inspiração etnográfica. Participaram 43 famílias, residentes no assentamento rural do Rio Grande do Norte, sendo que 55 mulheres aceitaram participar da segunda etapa e responder ao instrumento <i>Self-Report Questionnaire</i> (SRQ-20). Foram entrevistadas 22 mulheres que apresentaram indicativo de TMC e tiveram interesse em participar. As falas foram categorizadas a partir da análise de conteúdo de Bardin.	Foi constatado que 24 mulheres (43,6%) apresentaram Transtorno Mentais Comuns (TMC), sendo mais frequentes os sintomas somáticos, humor depressivo e/ou ansioso. Quando questionadas sobre as principais causas de sofrimento físico e mental, a pobreza, o casamento (ou união estável), a violência e a tripla jornada de trabalho foram elencadas pelas participantes. Todas as entrevistadas que relataram ter sofrido violência relatam ter ocorrido mais de um episódio e com companheiros diferentes.
Caumo, 2019 (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	Pesquisa qualitativa etnográfica desenvolvida no Distrito Marechal Bormann, em Chapecó (SC). Na primeira etapa, foi realizado grupo focal com os profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), não constando a idade dos participantes. Na segunda etapa foi efetuado contato com 75 mulheres, sendo que apenas 10 compareceram para realizar a pesquisa, não constando sua idade. As informações das observações e entrevistas foram registradas em diário de campo. Fechamento amostral se deu por saturação. Dados foram coletados e analisados simultaneamente através de análise holística e dialética.	A falta de procura aos serviços de apoio foi vista como consequência da distância dos locais de atendimento e dificuldade de locomoção das vítimas, que, por muitas vezes, dependem do companheiro. Não obstante, há a transferência de responsabilidade do setor da saúde para o setor de segurança quando se trata de violência contra a mulher. Nesse viés, a violência estrutural inibe as vítimas e desmotiva-as para buscar assistência. Além disso, a violência simbólica auxilia na naturalização da violência vivida, sendo a restrição das relações sociais por parte do companheiro a mais evidente. Durante a pesquisa, a auto atenção, isolamento, poder e dominação masculina, as relações de trabalho e as histórias que se repetem foram as categorias emergentes das entrevistas com as mulheres.
Martins, 2017 (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	Trata-se de uma revisão bibliométrica com entrevistas realizadas após seis meses de imersão, que foram posteriormente submetidas à análise de conteúdo sob à luz da Teoria das Representações Sociais. Foram entrevistadas 12 mulheres de dez comunidades do interior de Minas Gerais. As idades variaram de 24 a 67 anos.	A violência psicológica e física se destacou nas entrevistas, sendo que a violência aparece com significado mais intenso na morte e agressão física. O álcool e o ciúme estiveram associados com a violência. Segundo as entrevistadas, a mãe é o principal apoio das mulheres, sendo que os filhos presenciam e sofrem com a violência ocorrida. Também se constatou que a vítima tem dificuldade de reconhecer a violência sofrida, podendo ser chantageada pela dependência financeira do agressor. Outro fator relevante foi a posse de terra por parte das mulheres, que exerceria importante papel para a independência.

Franco, 2018 (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	Pesquisa baseada na história de vida como método qualitativo de análise, sendo o material empírico composto por narrativas. Utilizou-se a técnica análise de conteúdo semântica, por categoria temática. Como local de estudo, foram escolhidas as cidades de Governador Mangabeira e Muritiba, no Recôncavo Baiano. Participaram 20 mulheres, com idades de 22 a 87 anos.	A invisibilidade da mulher rural nas pesquisas leva a invisibilidade nas políticas públicas, uma vez que inexistem dados científicos específicos nesse campo. As entrevistadas alegam confiar na Lei Maria da Penha, mesmo sem políticas públicas voltadas para a zona rural. Ressaltou-se que as mulheres dos centros urbanos têm mais acesso aos instrumentos de proteção pela proximidade entre o domicílio e a rede de assistência. Para as entrevistadas, lhes foi negado o direito à educação, sendo necessário trabalhar no campo desde muito cedo.
Oliveira, 2020 (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	Estudo desenvolvido na área rural do Município de Rio Grande, e faz parte de um consórcio de estudos do Mestrado em Saúde Pública e Doutorado de Ciências da Saúde. Estudo transversal de base populacional, no qual foram consideradas vítimas de violência psicológica as mulheres que responderam afirmativamente a uma das seguintes perguntas: 1 – insultou-a ou fez com que você se sentisse mal a respeito de si mesma? 2 – Depreciou ou humilhou você diante de outras pessoas? 3 – Fez coisas para assustá-la ou intimidá-la de propósito? 4- Ameaçou machucá-la ou alguém de quem você gosta? Foram consideradas elegíveis as mulheres com idade entre 18 e 49 anos, moradoras da zona rural do Município e que tiveram ao menos 1 parceiro íntimo do sexo masculino, sendo selecionados 80% dos domicílios rurais para a pesquisa e entrevistadas 976 mulheres.	A autora apontou que das 976 mulheres entrevistadas, cerca de 17,2% relataram pelo menos uma situação de violência psicológica por parceiro íntimo durante sua vida. As mulheres que se declararam solteiras, divorciadas, separadas ou viúvas apresentaram maior probabilidade de sofrer violência do que as mulheres com companheiro ou casadas. Ademais, mais de 90 dos relacionamentos violentos duraram um ano ou mais e as mulheres relataram o fator depressão, sendo possível associar o fato à ocorrência de violência psicológica. A autora discorre ainda sobre a tendência de as localidades rurais apresentarem índices maiores de violência contra a mulher pela desigualdade mais acentuada e o isolamento das residências, pontuando também quanto ao uso de álcool e a possível influência nos casos de violência.
Rodrigues, 2020 (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	Pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. Realizou-se 34 entrevistas com mulheres líderes comunitárias, em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência e profissionais de saúde, em 8 Municípios selecionados pelo Ministério da Saúde, nas macrorregiões de Campo, Água e Floresta, sendo eles Igarapé Mirim/PA, Augustinópolis/TO, Cruzeiro do Sul/AC, Santana do Matos/RN, Irecê/BA, Posse/GO, São Mateus/ES, São Lourenço do Sul/RS. Havia um roteiro de perguntas, permitindo-se o discurso livre e relato da história de vida.	A pesquisa associou a violência doméstica com a cultura machista, além da religião, abuso de álcool e drogas, submissão e comportamento da mulher. Foi destacado o trabalho como forma de empoderamento contra a dominação masculina, identificando-se relatos de doação de crianças, agressões pelo pai, além de abuso sexual infantil e apontam a agricultura como forma de subsistência. Do mesmo modo, tem-se a violência no trabalho relacionada ao machismo, além dos papéis sociais que guiam os comportamentos de homens e mulheres. Ainda existem formas de violência não reconhecidas, acreditando-se em algumas regiões que a violência se restringe ao lar, com a cultura da dominação passando entre gerações.
Martins, 2022	Pesquisa bibliográfica e de campo. Foram realizadas 9 entrevistas com roteiro semiestruturado, através de ligações	As entrevistadas apontaram para a importância do sindicato rural para empoderamento e obtenção de espaço para as mulheres, colocando que a

(Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	telefônicas gravadas, armazenadas e transcritas. As entrevistadas são trabalhadoras rurais sindicalizadas e de liderança dos Municípios polos das microrregiões de Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha.	exclusão nos espaços decisórios se trata de violência institucional. Pontuaram a jornada extensiva de trabalho, bem como a violência ocorrida no interior, a qual é mais difícil de ser atendida pela rede de proteção pela distância. Ainda, a baixa escolaridade, dependência financeira, o isolamento da família, a distância e a cultura machista foram pontuadas como problemas locais.
Fernandes, 2022 (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	Trata-se de estudo qualitativo, exploratório e descritivo. Foram realizadas entrevistas estruturadas e individuais em quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS) da zona rural do município de Mossoró/RN. As participantes foram 17 mulheres residentes na zona rural, com faixa etária de 15 a 58 anos, que frequentaram a UBS no momento da realização da pesquisa.	A pesquisa aponta que a maioria das mulheres começaram a entrevista dizendo não saber o que seria a violência doméstica, mas durante a entrevista citaram episódios de violência por parceiro íntimo. Constatou-se que a maioria das mulheres não reconhece outros tipos de violência além da física. A violência psicológica é a considerada mais frequente, tendo como fatores o estado civil, baixa escolaridade e renda familiar, além de idade acima de 30 anos, depressão e uso abusivo de álcool, apontando ainda para a dificuldade de atendimento e isolamento da localidade rural. O significado da violência doméstica para as mulheres rurais traz sentimentos como humilhação, tristeza e traumas.
Santos, 2022 (Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES)	Pesquisa geográfica primária, quali-quantitativa, com foco nas pessoas. Realizou-se dois trabalhos de campo. O Campo I se trata de entrevistas semiestruturadas, entrevistando um agente de saúde, uma ex-presidente da associação dos moradores, uma parteira e um presidente da associação dos moradores. No Campo II foi realizado grupo focal com 15 mulheres e campo nas roças das agricultoras, além de entrevistas individuais e semiestruturadas com as participantes do grupo.	O estudo apontou a invisibilidade da participação da mulher em processos históricos como a construção do assentamento, dispondo sobre a violência institucional sofrida por elas. Demonstrou-se que a igreja se apresenta como aparelho ideológico do Estado, pelo qual se intensifica a submissão da mulher e dificuldade em expor a violência sofrida. As entrevistadas apontaram a maternidade compulsória e o peso de ser mulher, com a dupla jornada e a violência velada nas famílias, trabalhando no campo e em casa, muitas vezes sendo responsável pelo sustento familiar. Existência da colonialidade e relações de poder, ausência de dados e pesquisas sobre o tema.

Discussão

A mulher da zona rural sofre repetidas vezes, seja pela violência patriarcal (ao ser obrigada a interromper seus estudos para trabalhar ou constituir matrimônio), violência matrimonial e isolamento, violência física, psicológica, violência estrutural, dentre outras. Essas mulheres são vítimas silenciadas, com histórias contadas por homens. Tais aspectos foram constatados nas pesquisas aqui revisadas. Com efeito, a escassez de produções acadêmicas acerca do tema da violência contra a mulher na zona rural talvez reflita a invisibilidade e opressão feminina tanto no âmbito social quanto científico (Nascimento *et al.*, 2019). Esse fator acaba influenciando na obtenção dos dados sobre a violência, e por consequência aumenta ainda mais a invisibilidade dessas mulheres e sua real situação. Nesse cenário, resta impossibilitado o planejamento e implementação de políticas públicas, como acesso à saúde, justiça, educação, transporte, entre tantas carências existentes nessas localidades e que necessitam ser supridas.

Ainda, sobressaem-se os fatores como a invisibilidade da violência contra a mulher residente da zona rural, a presença de sofrimento mental e medo, a sujeição econômica da vítima, distância entre o domicílio e os locais de denúncia, além da falta de apoio familiar e governamental, expresso através da escassez de políticas públicas (Grossi *et al.*, 2013a). Tais resultados coadunam com os encontrados também em outras pesquisas que elencam o medo, dependência financeira e os próprios filhos como motivos para que a mulher não saia da relação abusiva em que se encontra (Nascimento *et al.*, 2019). Ademais, o patriarcalismo tem uma grande contribuição à sujeição das mulheres quando se trata dos fatores citados acima, sendo socialmente transmitido e naturalizado entre gerações (Grossi; Coutinho, 2017).

Relacionado a violência analisada, existe uma limitação ao acesso da vítima à rede de proteção. Em especial, destaca-se a precária oferta de políticas públicas pensadas para a realidade da mulher do campo (Grossi *et al.*, 2015). Esse fator pode ser agravado ainda mais pela falta de atenção voltada às mulheres rurais e suas especificidades, uma vez que terão que se deslocar em busca de delegacia, pronto socorro, entre outros serviços essenciais à vítima. No entanto, muitas mulheres não sabem dirigir, e na falta de transporte público, dependerão exclusivamente do agressor e/ou familiares para buscar ajuda nos centros urbanos. Além da distância entre a cidade e o campo, que resulta em um isolamento social, a inexistência de rede especializada para atender ocorrências e o

machismo perpetrado diariamente contribuem significativamente para que não ocorra a denúncia. Assim, tem-se a subnotificação dos casos e inexistência de dados que possam orientar ações mais efetivas de proteção à mulher (Grossi *et al.*, 2015).

Por outro lado, mesmo quando ocorre a denúncia, a mulher é revitimizada. Esse processo ocorre tanto pela sociedade quanto pelos próprios meios de atendimento, que, por não terem formação adequada, acabam aprendendo na prática como tratar esses casos de violência, criando uma maneira própria de atendimento (Caumo, 2019). Além disso, há o julgamento de familiares e conhecidos, incluindo outras mulheres que acreditam que a vítima mereceu ser agredida por se distanciar dos padrões sociais (Costa, 2017). Além da situação externa vivenciada, a própria vítima encontra dificuldade em reconhecer a violência sofrida (Grossi *et al.*, 2014; Rodrigues, 2020), resultando em uma perpetuação e ausência de resposta às agressões. Essa conduta, por sua vez, naturaliza ainda mais o relacionamento conjugal violento, tanto para a sociedade quanto para a vítima e sua família, que também acaba sendo violentada. Tal fato foi demonstrado durante a pesquisa de Martins (2017), na qual quatro entrevistadas relataram as agressões físicas também sofridas pelos seus filhos e três relataram situações violentas do companheiro direcionadas aos seus familiares. Nesse aspecto, o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas parecem contribuir com as múltiplas violências de gênero (Costa, 2017; Franco, 2018; Martins, 2017; Nascimento *et al.*, 2019; Oliveira, 2020; Fernandes, 2022). Essas situações se dão em bares de comunidade ou locais de lazer do homem do campo, que ao retornar para casa, acabam agredindo esposas e filhos.

Apesar do sofrimento para acessar as políticas públicas idealizadas para a mulher urbana, extraiu-se, durante o presente estudo, a crença das entrevistadas na Lei Maria da Penha. Em várias pesquisas, a referida lei deu voz às mulheres, mesmo não tendo a eficácia esperada (Franco, 2014; Franco, 2018; Grossi *et al.*, 2013b; Grossi *et al.*, 2015). Embora a Lei seja de suma importância, tais avanços não são suficientes para a realidade vivida, sendo que muitas vezes a mulher é morta mesmo com medida protetiva deferida pelo sistema judiciário (Caumo, 2019; Costa, 2017; Costa; Dimenstein; Leite, 2014; Grossi *et al.*, 2013b).

Quando falamos da zona rural, agravantes surgem. Afinal, para onde vai a agricultora separada do marido ou mesmo com medida protetiva? Caso fique no interior, cuidará ela da extensão de terra sozinha ou irá para a cidade em busca de auxílio? E se essa mulher tiver filhos, como poderá ela se aventurar em uma denúncia que, por

consequência, pode tirar seu único sustento que vem do marido/agressor? Como a vítima pedirá socorro se o vizinho mais próximo reside a quilômetros de distância? Nesse caso, não será uma medida protetiva que assegurará a integridade da mulher e sua prole, caso exista. As respostas para estas perguntas são de suma importância para que se note a dificuldade da mulher em denunciar ou não seu companheiro. Não se trata apenas de ter uma delegacia especializada no interior ou no centro urbano mais próximo. Deve-se, portanto, compreender e articular o que a mulher fará após a denúncia. Assim, é imperativo pensar leis próprias para a localidade específica da vítima. A mulher necessita da segurança de que seus filhos não passarão fome por causa de uma denúncia; ela deve acreditar que a medida protetiva vai protegê-la de fato e que a polícia chegará a tempo, mesmo em locais remotos.

Considerações finais

A igualdade se faz protegendo os desiguais. Nesse caso, a mulher vítima de violência na zona rural precisa de olhares específicos sobre essa situação, necessita que sua história seja escrita por mulheres que compreendam suas peculiaridades, tomando o lugar na sociedade que é seu por direito. Assim, mesmo diante da escassez de trabalhos referentes a temática, resultados importantes emergiram, que ressaltam ainda mais o dever de pesquisar essa realidade com atenção e persistência. Muitas vezes, como relatado nos trabalhos, necessitando remarcar visitas para que o marido não se encontre na residência e, conseqüentemente, não interfira nas respostas das entrevistadas. Quanto à Lei Maria da Penha, depreende-se que, apesar da quase inutilização dessa base legal pelas mulheres do campo, tem-se por elas uma visão de melhoria social após sua promulgação. Isso se deve, muitas vezes, ao medo da prisão do agressor e da cultura do “susto” que se verificou, essa última utilizada quando a mulher vai até a delegacia e quer dar um “susto” no companheiro, na esperança de que este mude sua atitude e pare de violentá-la.

Ademais, o distanciamento entre as localidades e a dependência econômica pela vítima estão interligados, visto que se uma instituição é muito distante, e não se tem meios econômicos de custear a ida até ela, será possível verificar que o serviço institucional não será utilizado. Por outro lado, a violência está presente no campo e na cidade, de formas distintas, mas ainda existentes, corroborando assim, com a noção de que falta infraestrutura e preparo estatal para combater à violência contra a mulher. Infelizmente, enquanto aguarda-se essa infraestrutura, com preparo e humanização dos servidores,



combatendo efetivamente o isolamento, a dependência emocional e financeira, a falta de discussão e instrução sobre o tema, continua tornando mulheres vítimas diariamente.

Em suma, a violência de gênero persiste e a dificuldade em combatê-la também. No entanto, as custas de tanto sofrimento feminino, hoje têm-se algum resultado no combate à violência. Desse modo, estudos como esse se tornam de grande relevância para trazer dados e discussões que aprofundem as questões aqui estudadas. Com efeito, estudos posteriores podem não apenas ampliar as fontes aqui consultadas como também a abrangência em outros contextos – como o trabalho – visando obter múltiplos entendimentos sobre a temática da violência contra a mulher.

Referências

ALCÂNTARA, M. C. M. de. **O conhecimento e visão dos profissionais de saúde acerca da rede de atendimento da mulher em situação de violência nos territórios do campo, da floresta e das águas**. 2015. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AMEQ6H>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ARBOIT, J. *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 506-517, jun. 2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902018169293>. Acessos em: 29 jul. 2020.

BARBOSA, K. de S.; LEHFELD, L. de S. As flores do campo estão pisadas no jardim: o retrato da violência contra a mulher e do feminicídio nas zonas rurais brasileiras. **Rede Brasileira Direito e Literatura - Anais do V Colóquio Internacional de Direito e Literatura**, v. 5, n. 2, p. 518-541, jul. 2017. Disponível em <http://rdl.org.br/seer/index.php/anacidil/article/view/237>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BARBOSA, V. de O. **Mulheres rurais em ação: costumes, questões agrárias e formas de resistência em Kwazulu-Nata**. 2021. Doutorado (Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11336934. Acesso em: 15 dez. 2023.

BARROS, P. S. de. **A violência contra a mulher também está no campo: um estudo sobre a rede de apoio às mulheres em situação de violência da região rural de Viamão/RS**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221597>. Acesso em: 10 dez. 2023.



BIANCHINI, A.; BAZZO, M.; CHAKIAN, S. **Crimes contra mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais, Feminicídio**. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *In*: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 07 dez. 2020.

CAMPOS, M. de L.; BRASIL, F. de P. D. Movimentos de mulheres do campo e o Estado: um estudo sobre as políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher na realidade rural. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 68, n. 3, p. 533-556, set. 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2292>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CARVALHO, A. V. de. Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. **Aletheia**, Canoas, v. 52, n. 2, p.166-178, jul./dez. 2019. Disponível em <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/5589>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CASTRO, L R. **Decolonial feminisms, power and place: Sentipensando with rural women in Colombia**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2021.

CAUMO, K. P. **Mulher da roça apanha do pai, do marido e da sociedade: um retrato da violência no meio rural**. 2019. Mestrado (Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, Chapecó, SC, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8140856. Acesso em: 05 ago. 2020.

COSTA, A. L. da. **Dominação masculina, meandros étlicos e vias de fato: retratos da violência contra a mulher no campo**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, 2017, Florianópolis – SC. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]. Disponível em <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 28 jul. 2020.

COSTA, M. da G. S. G. da; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 2, p. 145-154, jun. 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200007>. Acesso em: 03 ago. 2020.

COSTA, M. C. da. *et al.* Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 1-8, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.59553>. Acesso em: 28 jul. 2020.

COSTA, M. C. da. *et al.* Violência doméstica contra a mulher em contexto rural: reconhecimento das estratégias de atenção. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**,



Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9271>. Acesso em: 26 jul. 2020.

COSTA, M. C. da; LOPES, M. J. M. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo v. 46, n. 5, p. 1088-1095, out. 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000500008>. Acessos em: 10 ago. 2020.

COSTA, M. C. da; LOPES, M. J. M.; SOARES, J. dos S. F. Violência contra mulheres rural: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, pág. 162-168, março de 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000100162&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2020.

COSTA, A. R. P. **Violência contra a mulher por parceiro íntimo: uma análise dos fatores socioeconômicos e espaciais sobre a probabilidade de vitimização**. 2021. Mestrado (Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10989753. Acesso em: 15 dez. 2023.

CRUZ, J. L. da. **O trabalho doméstico não remunerado das mulheres do Cedro: abordagens do projeto mulher livre de violência em contexto rural**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 12, 2021, Florianópolis – SC. Anais do XII Seminário Internacional Fazendo Gênero. Disponível em https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1611944094_ARQUIVO_ecd782b55d67d76bb19c4a89e5cbc585.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

DANTAS, V. M. **Vozes de resistência: histórias de violências contra a mulher no sertão do Piauí (2006-2015)**. 2021. Mestrado (História) - Universidade Federal do Piauí, Piauí, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11451033#. Acesso em: 10 dez. 2023.

DANTAS, M. M. **Representações sociais de feminismo em contextos de ruralidade: um estudo com mulheres rurais no sertão da Bahia**. 2022. Mestrado (Psicologia) - Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12906580. Acesso em: 16 dez. 2023.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FERNANDES, A. B. de O. **Significados da violência doméstica para mulheres residentes na zona rural**. 2022. Mestrado (Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil. Disponível em <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107640>. Acesso em: 10 dez. 2023.



FRANCO, M. A. C. **Gênero, representações sociais e a Lei 11.340/2006 no meio rural: as expressões multifacetadas da violência contra a mulher trabalhadora rural.** In: REDOR, 18, 2014, Recife – PE, UFRP. Anais [recurso eletrônico]. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/608/0>. Acesso em: 02 ago. 2020.

FRANCO, M. A. C. **Será o homem a cumeieira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia.** 2018. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28041>. Acesso em: 05 ago. 2020.

FREITAS, M. A. de; *et al.* Violência contra a mulher no contexto rural: análise da abordagem do agente comunitários de saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 97, n. 3, p. e023163, 2023. Disponível em <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1847>. Acesso em: 16 dez. 2023.

GEHLEN, M. E; CHERFEM, C. O. Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 18, p. 01-21, jan./dez. 2021. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75244>. Acesso em: 16 dez. 2023.

GRILO, R. B. de A. **Violência contra a mulher no universo rural: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo.** 2013. Mestrado (Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=122328. Acesso em: 29 jul. 2020.

GROSSI, P. K. *et al.* **A Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no meio rural: desafios para a intervenção profissional.** In: SEMINÁRIO REGIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA: FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL, 2, 2014, Porto Alegre – RS, PUCRS. Anais. Disponível em <https://editora.pucrs.br/anais/serpinf/2014/assets/05.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GROSSI, P. K. *et al.* **O Enfrentamento da Violência contra a Mulher Rural: Desafios para as Políticas Públicas.** In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS-PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL: EXPERIÊNCIAS E ANTECIPAÇÕES CONCRETAS, 7, 2015, São Luís – Maranhão, UFMA. Anais. Disponível em https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9472/2/O_Enfrentamento_da_Violencia_contra_a_Mulher_Rural_Desafios_para_as_Politicas_Publicas.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

GROSSI, P. K. *et al.* **Políticas Públicas para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher Rural no RS: desafios e perspectivas.** In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2013b, São Luís – Maranhão, UFMA. Anais. Disponível em https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9452/2/Políticas_Publicas_para_o_E



enfrentamento_da_Violencia_contra_a_Mulher_Rural_no_RS_desafios_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

GROSSI, P. K. *et al.* **Violência contra a Mulher Rural: Desafios para as Políticas Públicas.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14, 2013a, Águas de Lindóia - SP. Anais. Disponível em https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9455/2/Violencia_contra_a_Mulher_Rural_Desafios_para_as_Políticas_Publicas.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

GROSSI, P. K; COUTINHO, A. R. C. Violência contra a mulher do campo: desafios às políticas públicas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 20, n.1, p. 25-40, jul./dez. 2017. Disponível em https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14864/2/Violencia_contra_a_mulher_do_campo_desafios_as_políticas_publicas.pdf. Acesso em: 01 ago. 2020.

GUERRA, B. K. “Violência contra a Mulher: Contribuição sobre as Diferenças Contextuais dos Meios Urbano e Rural”. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 137- 158, jan./abr. 2018. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24839>. Acesso em: 08 ago. 2020.

GUERRA, B. K. **Mulheres em situação de violência em áreas rurais.** 2018. Mestrado (Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo, SP, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6385691. Acesso em: 09 ago. 2020.

HIRT, M. C. *et al.* Representações sociais da violência contra mulheres rurais para um grupo de idosas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1-8, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.68209>. Acesso em: 03 ago. 2020.

INTINI, J. M. **Vivências educativas dos movimentos sociais do campo por conquistas e direitos: o Grito e a força das Margaridas.** 2021. Doutorado (Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11064835. Acesso em: 15 dez. 2023.

LASTA, E. C. **Gênero, trabalho e envelhecimento no meio rural.** 2022. Mestrado (Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11279406. Acesso em: 15 dez. 2023.

MARTINS, A. G. **A Violência Conjugal em Contextos de Ruralidades: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais.** 2017. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQKN2J>. Acesso em: 05 ago. 2020.



MARTINS, L. M. S. **O enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no campo: análise das percepções de trabalhadoras rurais em posição de liderança em Municípios do Vale do Jequitinhonha.** 2022. Mestrado (Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12203253. Acesso em: 10 dez. 2023.

MATTE, A. *et al.* Co-production of knowledge among rural women: paths to female recognition in rural areas. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 254–283, 2021.

MENDES, M. T. **(In)visibilidade da violência contra a mulher rural: apontamentos a partir do campo da enfermagem em Santa Maria do Oeste, Paraná.** 2022. Mestrado (Desenvolvimento Comunitário) - Universidade Estadual Do Centro-Oeste, Irati, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11401953. Acesso em: 12 dez. 2023.

MENENDEZ, E. L. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 185-207, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000100014>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MONTEIRO, J. R. Violência contra a mulher no campo: reflexos de padrões culturais. **JNT- Facit Business and Technology Journal**. Ed. 38. v. 1. p. 134-143, 2022. Disponível em <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/1721>. Acesso em: 16 dez. 2023.

NASCIMENTO, D. F. B. do. *et al.* Violência contra a mulher no contexto rural. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 2501-2513, nov./dez. 2019. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/4745>. Acesso em: 03 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. K. C. da M. C. de. **Histórico, Produção e Aplicabilidade da Lei Maria Da Penha – Lei Nº 11.340/2006.** Monografia (especialização) - Curso de Especialização em Processo legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP). Brasília, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8429?show=full>. Acesso em: 20 jan. 2021.

OLIVEIRA, R. M. F. de. **Letramento literário: a mulher no cordel e a conscientização sobre violência no campo.** 2019. 124f. Mestrado (Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras - PROFLETRAS) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, Paraíba, Brasil. Disponível em <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3589>. Acesso em: 12 ago. 2020.

OLIVEIRA, A. S. L. A. de. **Violência psicológica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo na zona rural de Rio Grande, RS.** 2020. Mestrado (Saúde Pública) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em <https://repositorio.furg.br/handle/1/10452>. Acesso em: 30 nov. 2023.



Oliveira, A. S. L. A. de., *et al.* **Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul**, 2017. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, n. 4, p. e20201057, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000400017>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PAIM, D. **A eficácia normativa da Lei Maria da Penha: um olhar para os casos da Delegacia de Polícia de Pato Branco**. 2021. Mestrado (Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11222358. Acesso em: 15 dez. 2023.

PAULA, M. B. M. de. *et al.* Saúde sexual e reprodutiva de mulheres que vivem no contexto rural: revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, Goiás, Brasil, v. 24, p. 69529, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/69529>. Acesso em: 16 dez. 2023.

PEREIRA, D. M. **Sem porta-voz na rua, sem dono em casa: as lutas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) pelo direito a uma vida sem violência**. 2015. Mestrado (Programa de Pós Graduação em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2376667. Acesso em: 28 jul. 2020.

PIOVESAN, B. F. **Insurgências jurídicas no movimento de mulheres camponesas: o feminismo camponês e popular a partir da Teoria da Reprodução Social**. 2021. Mestrado (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11419035. Acesso em: 15 dez. 2023.

RODRIGUES, E. F. **Percepção de mulheres brasileiras do campo, da floresta e das águas sobre violência contra a mulher e estratégias de atenção na rede local de proteção**. 2020. Mestrado (Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34777>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SAGOT, M.; ALVAREZ, S. E. *Peace Begins at Home*: Em: MAIER, E.; LEBON, N. (Eds.). **Women's Activism in Latin America and the Caribbean. Engendering Social Justice, Democratizing Citizenship**. Rutgers University Press, 2010. p. 221–235.

SANTOS, G. D. dos. **Mulheres no campo: uma análise das relações de gênero e percepções de direitos de assentadas em Estância/SE**. 2019. Mestrado (Direitos Humanos) - Universidade Tiradentes, Sergipe, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8293236. Acesso em: 06 ago. 2020.

SANTOS, A. A. dos. **“Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”: uma análise interseccional da violência doméstica contra a mulher em Pelotas/RS**. 2021. Mestrado (Geografia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil. Disponível em



https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11266520. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, L. P. de M. dos. **Geografia e violência de gênero no campo: O Assentamento de reforma agrária Bom Jesus dos Fernandes em questão**. 2022. Mestrado (Geografia) - Universidade Federal do Amapá, Amapá, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12866268. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, A. H. B. da. *et al.* Violência doméstica e familiar contra a mulher no ambiente urbano e rural: a efetividade da lei maria da penha. **Revista de Trabalhos Acadêmicos-Universo**, Recife, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1UNICARECIFE2&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=2737#>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SILVEIRA, M. P. da. **“Pra não dizer que não falei das flores”: um estudo sobre mulheres rurais e medicalizações**. 2020. Mestrado (Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10073154. Acesso em: 16 dez. 2023.

SOUZA, M. C. de; BARACHO, L. F. A lei Maria da Penha: égide, evolução e jurisprudência no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, Serro, n. 11, p. 79-106, 2015. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/8695>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SOUZA, J. F. de. **"Num pequeno recanto do Brasil": Vulnerabilidades em saúde e "doença dos nervos" em mulheres do Sertão paraibano**. 2021. Mestrado (Psicologia da Saúde) - Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, Brasil. Disponível em <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3958>. Acesso em: 10 dez. 2023.

STOCHERO, L.; PINTO, L.W. Violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.32, n.3, 2023. Disponível em <https://doaj.org/article/27a0a02f4b55404883aea652ba93f41a>. Acesso em: 16 dez. 2023.